

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO ALTO TIETÊ PARA CRIANÇAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Jéssica dos Santos Tolentino¹; Cecília Augusto Ribeiro²; Wellington Yoshihide Harada³; Silvia Regina Matos da Silva Boschi⁴

Estudante do Curso de Fisioterapia; e-mail: je_tolentino@hotmail.com¹

Estudante do Curso de Fisioterapia; e-mail: cicamogi@ig.com.br²

Estudante do Curso de Fisioterapia; e-mail: wellington0701@msn.com³

Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: ninoboschi@uol.com.br⁴

Área do conhecimento: Fisioterapia e Terapia Ocupacional – Preve

Palavras-chave: Portadores de necessidades especiais; Escolas; Acessibilidade; Fisioterapia; NBR:9050

INTRODUÇÃO

A deficiência motora pode ser caracterizada como um comprometimento físico que restringe, nos mais diversos níveis de amplitude e localização, os movimentos do indivíduo (TAGLIARI, TRÊS e OLIVEIRA, 2006). A incapacidade existe em função da relação entre as pessoas deficientes e o seu ambiente. Ocorre quando essas pessoas se deparam com barreiras culturais, físicas ou sociais que impedem o acesso aos diversos sistemas da sociedade que estão à disposição dos demais cidadãos. Incapacidade é, portanto, a perda ou a limitação das oportunidades de participar da vida em igualdade de condições com os demais (PORTER e RICHLER, 1991). Desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9394 de 1996), diversas escolas de ensino regular recebem crianças com diferentes deficiências, apesar da falta de acessibilidade espacial, que acaba impedindo a plena integração destas crianças e sua real inclusão no ensino (MEC, 1997). Para se tornar parte da sociedade é necessário compreendê-la. A base para o sucesso de qualquer cidadão está na educação e isto não é diferente para as pessoas com deficiência. Participar do sistema educacional é garantir a inclusão social e a igualdade de oportunidades (INGRAM, 1971).

OBJETIVOS

Objetivo Geral - Verificar a acessibilidade de portadores de necessidades especiais em escolas estaduais do 1º e 2º grau do Alto Tietê.

Objetivos Específicos - Verificar a incidência de escolas estaduais com acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais dentre as avaliadas; e detectar as principais barreiras arquitetônicas nas escolas.

METODOLOGIA

Participantes: Foram analisadas 26 escolas estaduais e municipais do 1º e 2º grau, na região do Alto Tietê que possuíssem, ou não, PNE incluídas no ensino. *Material*: Para a coleta de dados utilizou-se um roteiro, elaborado pelos autores e baseado na NBR-9050, contendo 17 questões fechadas e 3 questões abertas visando obter informação sobre o espaço físico e presença de barreiras arquitetônicas; e 1 fita métrica (trena) para a realização das medidas. *Procedimento*: Antes de iniciado, o projeto foi submetido e

aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Mogi das Cruzes. Os nomes e locais das escolas estaduais foram adquiridos pela diretoria de ensino dos municípios do Alto Tietê; e posteriormente, foram selecionadas através de visitas e contatos telefônicos. Após a seleção das mesmas, agendou-se com a direção, uma data para esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, assinatura do Termo de Consentimento livre e esclarecido pelo responsável da escola, e para a análise do local através do roteiro. A partir da autorização da direção da escola, iniciou-se a análise do local, onde se observou o espaço físico, as principais barreiras arquitetônicas e a realização das medidas, respondendo os autores aos dados do roteiro. Foi necessária apenas 1 visita na escola para a coleta dos dados. Seguindo as realizações das visitas, a análise dos dados obtidos do roteiro foi feita, comparando com a NBR-9050:2004, para os resultados e discussões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos por meio da pesquisa de campo foram analisados de forma quantitativa através da frequência e porcentagem, e foram expostas em tabelas, seguidos de descrição e análise de acordo com o estipulado pela ABNT NBR 9050:2004. A NBR-9050 estabelece critérios e parâmetros técnicos, visando proporcionar à maior quantidade possível de pessoas a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente (ABNT, 2004). Quanto às escolas possuírem ou não escadas, 88,46% das escolas avaliadas possuíam escadas e 11,53% não possuíam. A NBR-9050 não descreve a respeito da existência ou não de escadas, a norma somente estipula os parâmetros exatos para as mesmas quando o local as possuírem. Todos os elementos do mobiliário urbano da edificação devem ser acessíveis assim como as escadas. É a escada a barreira mais importante. Isso se verifica na maioria das escolas, visto que seguem o mesmo modelo arquitetônico (ABNT, 2004). Espaços físicos amplos e seguros, como forma de prevenção de possíveis acidentes, são aconselhados para atividades com portadores de necessidades especiais (PORTER e RICHLER, 1991). Na verificação da existência de rampa, os resultados obtidos mostraram que 61,53% das escolas não possuem rampas de acesso e 38,46% possuem. A largura das rampas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50m, sendo o mínimo admissível 1,20m (ABNT, 2004). É recomendável a inclinação máxima de 1:15 para rampas de uso geral. Não obstante, por mais íngreme que seja a rampa, ainda serve a quem depende de cadeira de rodas, dada a sua impossibilidade de utilizar uma escada. Se as circunstâncias são tais que só se torne possível uma rampa íngreme, é melhor que tenha a inclinação máxima de 1:12. A não existir nenhuma rampa, é preferível uma que seja íngreme, desde que as escadas sejam utilizáveis por pessoas não deficientes e por deficientes físicos que podem andar (MEC, 1997). Foram investigados a existência de banheiros adaptados para PNE. Notou-se que 65,38% das escolas não apresentam banheiro adaptado. Em 34,61% das escolas os banheiros estão aptos a receber PNE. Os sanitários e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros desta Norma no que diz respeito à instalação de bacia, mictório, lavatório, boxe de chuveiro, acessórios e barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance (ABNT, 2004). A quantidade de escolas com banheiro adaptado é muito insatisfatória considerando que para a NBR-9050 os sanitários e vestiários de uso comum ou uso público devem ter no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível. Quando houver divisão de sexo as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo (MEC, 1997). Os banheiros são fundamentais para garantir a permanência das pessoas durante longos períodos nas escolas e são, em sua maioria, inacessíveis (TAGLIARI, TRÊS e

OLIVEIRA, 2006). Segundo MEC (1997) os banheiros deverão ter espaço suficiente para passagem de cadeira de rodas. Em cada andar deverá haver um banheiro de homens e um de mulheres. O sanitário deve estar localizado próximo à circulação principal, acessível; a área interna deve ser de, no mínimo, 1,50 x 1,70 m. Todas as escolas apresentaram o sanitário em locais próximo à circulação principal. Referente à existência de barra de apoio para a transferência junto à bacia, em 69,23% das escolas não apresentaram barra de apoio; 30,76% das escolas tem barras de apoio para transferência do PNE. A NBR-9050 descreve que todos os sanitários adaptados devem ter barras de apoio pra transferência, firmemente fixadas na lateral e no fundo das paredes ou divisórias (ABNT, 2004). Situação a qual observamos em somente 30,76% das escolas pesquisadas. Ao discutir os valores da pesquisa observamos que mesmo as escolas onde o banheiro é considerado adaptado pelo responsável (34,61%), não há presença de barra de apoio junto à bacia, pois a porcentagem de escolas que apresentam esse requisito é de 30,76%. O que ilustra a importância da obtenção de informações sobre acessibilidade para os responsáveis e funcionários das escolas. Em relação à existência de barras de apoio junto ao lavatório, 96,15% das escolas pesquisadas não tinham barras de apoio, e somente 3,84% tem apoio junto ao lavatório como é recomendado pela NBR-9050, à frente e dos lados do lavatório. De acordo com Tagliari, Três e Oliveira (2006), junto ao lavatório, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras de segurança horizontal para apoio e transferência. Quanto à carteira da sala de aula estar adequada, em 92,30% das escolas a carteira estava adequada para o PNE e em 7,69% das escolas as carteiras não eram adequadas. A NBR-9050 não é específica quanto a parâmetros para carteiras escolares. A norma prevê condições gerais para mesas e superfícies para trabalhos: as mesas devem estar localizadas junto a rotas acessíveis; devem possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso; e a altura da mesa deve ser de 0,75m à 0,85m do piso (ABNT, 2004). É importante verificar se a sala de aula e a rota para esta são acessíveis. Para o atendimento de pessoas em cadeira de rodas é investigada a existência de carteiras que permitam a acomodação (PORTER e RICHLER, 1991). Em 92,30% das escolas com carteira da sala de aula adequada, esses critérios acima citados estavam presentes. Referente à altura do local para alimentação, em 84,61% das escolas obtiveram-se resultados positivos e em 15,38% o local de alimentação não estava adequado para o PNE. Para a alimentação seguem os mesmos parâmetros para mesas de trabalho. As cantinas deverão ser projetadas de modo a permitir a passagem de cadeiras de rodas pelas circulações de serviço e entre as mesas. As prateleiras com os alimentos e os talheres devem estar à fácil alcance dos que se acham em cadeiras de rodas (MEC, 1997). Quanto à altura do bebedouro, em 34,61% das escolas o bebedouro encontra a 1,0m do piso; em 30,76% apresentam uma altura de 0,9m; em 15,38% o bebedouro mede 0,8m; em 11,53% das escolas tem bebedouros com a altura de 1,1m do piso; e em 7,69% tem 1,2m. A altura correta do bebedouro conforme a NBR-9050 recomenda é de 0,90m. Constatou-se que 30,73% das escolas estão dentro dos parâmetros. Os bebedouros deverão ser localizados adequadamente; terão jato para cima e para frente, podendo ser acionados com a mão e com o pé (MEC, 1997). Em nenhuma das escolas avaliadas era possível acionar o bebedouro com o pé. A altura recomendada para bebedouros em escolas de 1º grau é de 26 polegadas (66cm) acima do nível do piso; em escolas de 2º grau, 30 polegadas (76cm) (MEC, 1997). Segundo Tagliari, Três e Oliveira (2006), os bebedouros devem respeitar a altura de 80 centímetros. Apesar de outros autores citarem diferentes medidas para bebedouros, nesta pesquisa foram consideradas corretas as medidas citadas pela ABNT (2004).

CONCLUSÕES

O presente trabalho demonstra que as escolas não estão aptas em sua totalidade para os PNE. Apenas uma escola, a qual foi projetada e construída para acessibilidade de PNE, está totalmente de acordo com a norma brasileira recomendada. Outras três escolas podem ser consideradas acessíveis por não apresentarem rotas inacessíveis. As barreiras arquitetônicas presentes em grande parte das escolas foram: altura inadequada do bebedouro (69,27%); a ausência de rampas (61,53%); e a ausência de banheiros adaptados (67,38%). Apesar de 34,61% das escolas terem um banheiro de uso exclusivo de PNE, os itens que o compõe não estão adequados ou não estão presentes. Pode-se detectar através da pesquisa que as escolas estudadas são de arquitetura excludente, ou pela própria arquitetura, ou pela escolha do terreno. Os projetos estão em desacordo com a ABNT NBR-9050:2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Internet, texto disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf> Acesso em 27 de julho de 2008.

INGRAM, D.R. **The concept of accessibility: a search for an operational form**. *Regional Studies*, 1971.

MINISTÉRIO DE ENSINO E EDUCAÇÃO - MEC. **Portadores de deficiências físicas: acessibilidade e utilização dos equipamentos escolares**. Brasília: 1997.

PORTER, G. L. e RICHLER, D. **Changing Canadian Schools - Perspectives on Disability and Inclusion**. Canadá: The Rocher Institute, 1991.

TAGLIARI, C., TRÊS, F., OLIVEIRA, S.G. Análise da acessibilidade dos portadores de deficiência física nas escolas da rede pública de Passo Fundo e o papel do fisioterapeuta no ambiente escolar. **Revista Neurociências**, v14, n1, jan/mar, 2006